



**University of
Zurich**^{UZH}

**Zurich Open Repository and
Archive**

University of Zurich
University Library
Strickhofstrasse 39
CH-8057 Zurich
www.zora.uzh.ch

Year: 2014

Apresentação

Alves dos Santos Junior, Orlando ; Gaffney, Christopher

Posted at the Zurich Open Repository and Archive, University of Zurich

ZORA URL: <https://doi.org/10.5167/uzh-115173>

Book Section

Published Version

Originally published at:

Alves dos Santos Junior, Orlando; Gaffney, Christopher (2014). Apresentação. In: de Queiroz Ribeiro, Luiz Cesar. Brasil: os impactos da Copa 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 14-18.

Apresentação

O presente livro apresenta os resultados nacionais do projeto “**Metropolização e Megaeventos: impactos da Copa do Mundo/2014 e das Olimpíadas/2016**”. Ele foi executado como uma das linhas do programa de trabalho do INCT Observatório das Metrópoles e teve como objetivo avaliar os impactos da preparação das cidades para sediarem estes megaeventos, em termos de transformações socioeconômicas, ambientais e simbólicas. Buscou-se especialmente avaliar criticamente o que se convencionou chamar de legados positivos – examinando quem vem se apropriando dos benefícios e quem vem arcando com os elevados custos dos investimentos realizados para cumprir as exigências das agências promotoras, assim como dos impactos decorrentes das transformações econômicas, sociais, políticas, territoriais, ambientais e culturais. A nossa preocupação neste projeto foi avaliar comparativamente “quem vem ganhando estes jogos”, tendo como referência os estudos realizados sobre as experiências internacionais similares anteriores.

Assim, combinando uma metodologia qualitativa e quantitativa, o projeto investigou as transformações urbanas ocorridas nas cidades-sede onde se realizarão os jogos da Copa do Mundo e das Olimpíadas (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Brasília, Salvador, Recife, Fortaleza, Natal, Manaus e Cuiabá), bem como seus desdobramentos socioespaciais. Visando alcançar este objetivo, a análise se pautou pela utilização de quatro eixos interligados, quais sejam: (i) desenvolvimento econômico; (ii) esporte e segurança; (iii) moradia e mobilidade; e (iv) governança urbana.

A pesquisa evidenciou que os megaeventos esportivos no Brasil exacerbam o que já foi constatado pelas pesquisas similares em outros países. Ao transformarem em vasto e complexo circuito de negócios financeiros e comerciais os megaeventos esportivos (mas, não apenas os esportivos) vêm

induzindo, legitimando e consolidando a adoção pelas elites transescalares (globais-nacionais-locais) de políticas e modelos de governança urbana orientados pelos objetivos de transformar as cidades em máquinas da indústria global de divertimento. Circuitos dos negócios esportivos se articulam com circuitos de negócios urbanos, do qual decorre a transformação da cidade necessária à reprodução da vida – provendo os equipamentos e serviços que asseguram o bem-estar urbano para todos – em cidades que funcionam para gerar lucros, econômicos e políticos, sob a justificativa da sua suposta “revitalização”. Por esta concepção, a pesquisa cujos resultados relatamos no presente livro, buscou responder duas a duas perguntas. Que legado? Para quem? A análise dos efeitos positivos do presente em termos de renda e emprego, decorrentes dos massivos investimentos, apontam para a conquista no futuro de cidades que asseguram o bem-estar urbano para todos os seus cidadãos? Os investimentos realizados para a realização dos megaeventos esportivos vão assegurar o princípio constitucional segundo o qual a cidade brasileira deve ser planejada e gerida para realizar a sua função social, fundamento da conquista do direito à cidade?

A análise dos impactos Copa do Mundo e das Olimpíadas não é, desta forma, separável do exame dos projetos de cidade que estão sendo implementados. E isso se traduz no próprio orçamento que foi disponibilizado e nos investimentos realizados. A análise da pesquisa até o momento confirma a hipótese inicial de que associado aos megaeventos estaria em curso – em todo o mundo, como fato global – o que David Harvey chamou de “urbanização capital” como expressão das novas condições impostas para a circulação do capital crescentemente sobreacumulado e financeirizado. Para tanto, torna-se necessário mercantilizar o que antes estava fora do circuito da mercadoria e (re)mercantilizar o que foi colocado sob regime da proteção de instituições sociais por sua importância para a reprodução da vida. A cidade – juntamente com a cultura – é a nova fronteira em vias de desbravamento, explorada como tentativa de solução espaço-temporal dos efeitos da exacerbação da sua estrutural crise de acumulação. As cidades brasileiras são “a bola da vez” deste capitalismo urbano global.

É preciso registrar que esta é uma análise nacional, que deve levar em consideração diferenças significativas entre as cidades-sede. Assim, a pesquisa buscou articular diferentes escalas analíticas, local, nacional e global.

Nesta perspectiva o livro está organizado em três partes. Na primeira parte, intitulada leituras temáticas, reúne um amplo leque de artigos que fazem análises de caráter nacional envolvendo (i) as proposições gerais da pesquisa (SANTOS JUNIOR), (ii) a relação entre os megaeventos esportivos e a emergência da governança empreendedorista (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR), (iii) os impactos econômicos dos megaeventos (SANTOS JUNIOR; LIMA), (iv) os impactos das intervenções no direito à moradia (CASTRO; NOVAES),

(v) a questão da mobilidade urbana (RODRIGUES), (vi) as transformações na governança urbana no contexto da Copa (OMENA), (vii) a questão da segurança pública (GAFFNEY), (viii) as transformações nos estádios e os impactos para o futebol (GAFFNEY), (ix) as manifestações populares ocorridas durante a preparação dos eventos (OMENA).

Na segunda parte, denominada Leituras Urbanas, o livro reúne os artigos que sintetizam a análise realizada em torno dos impactos da Copa Mundo e das Olimpíadas nas cidades-sede: (i) Belo Horizonte (FREITAS, OLIVEIRA JR.; TONUCCI FILHO), (ii) Brasília (RIBEIRO), (iii) Cuiabá (NASCIMENTO), (iv) Curitiba (FIRKOWSKI; BALISKI), (v) Fortaleza (PINHEIRO; FREITAS; NOGUEIRA; PEREIRA), (vi) Manaus (RIBEIRO), (vii) Natal (SILVA; CLEMENTINO; LIMA; CÂMARA; ALBUQUERQUE; COCHAND; PONTES; LUZARDO), (viii) Porto Alegre (SOARES; SIQUEIRA; LAHORGUE; BERZAGUI), (ix) Recife (RAMALHO; SOUTO; SANTIAGO; ALLGAYER), (x) Rio de Janeiro (CASTRO; GAFFNEY; NOVAES; RODRIGUES; SANTOS; SANTOS JUNIOR), (xi) Salvador (SOUZA), e (xii) São Paulo (CARVALHO; GAGLIARDI).

A terceira e última parte, leituras internacionais, reúne artigos com reflexões em torno da experiência na realização de megaeventos esportivos em outras partes do mundo, envolvendo Londres (HORNE), a África do Sul (BOLSMANN) e Sochi (MÜLLER) e reflexões sobre o papel dos organismos internacionais – FIFA e COI – na promoção da neoliberalização em escala global (EICK).

No processo de preparação da Copa do Mundo, fica evidenciado que a gestão pública teve um papel central na criação de um ambiente propício aos investimentos, principalmente aqueles vinculados aos setores do capital imobiliário, das empreiteiras de obras públicas, das construtoras, do setor hoteleiro, de transportes, de entretenimento e de comunicações. Tais investimentos seriam fundamentais para viabilizar as novas condições de acumulação urbana nas cidades brasileiras. Nesse sentido, a reestruturação urbana das cidades-sede da Copa deve contribuir para a criação de novas condições de produção, circulação e consumo, centrada em alguns setores econômicos tradicionais importantes. Estes setores são, principalmente os de ponta e o setor de serviços, envolvendo o mercado imobiliário, o sistema financeiro de crédito, o complexo petrolífero, a cadeia de produção de eventos culturais (incluindo o funcionamento das arenas esportivas), o setor de turismo, o setor de segurança pública e privada, e o setor automobilístico. Este último, aquecido com as novas condições de acumulação decorrente dos (des)investimentos em transporte de massas.

Nessa perspectiva, o poder público tem adotado diversas medidas vinculadas aos investimentos desses setores, tais como: isenção de impostos e financiamento com taxas de juros reduzidas; transferência de patrimônio imobiliário, sobretudo através das parcerias público-privadas (PPPs) e

operações urbanas consorciadas; e remoção de comunidades de baixa renda das áreas urbanas a serem valorizadas. De fato, a existência das classes populares em áreas de interesse desses agentes econômicos se torna um obstáculo ao processo de apropriação desses espaços aos circuitos de valorização do capital vinculados à produção e a gestão da cidade. Efetivamente, tal obstáculo tem sido enfrentado pelo poder público através de processos de remoção, os quais envolvem reassentamentos das famílias para áreas periféricas, indenizações ou simplesmente despejos. Na prática, a tendência é que esse processo se constitua numa espécie de transferência de patrimônio sob a posse das classes populares para alguns setores do capital.

Além disso, no que diz respeito a governança urbana, percebe-se a crescente adoção dos princípios do empreendedorismo urbano neoliberal, nos termos descritos por David Harvey, pelas metrópoles brasileiras, impulsionada em grande parte pela realização desses megaeventos. Esse projeto empreendedorista de cidade que está em curso parece ser marcado por uma relação promíscua entre o poder público e o poder privado, uma vez que o poder público se subordina à lógica mercantil de diversas formas, entre elas, através das parcerias público-privadas. Mas esta não é a única forma de subordinação do poder público verificada. Por exemplo, a Lei Geral da Copa, replicada em todas as cidades-sede tanto por meio de contratos firmados entre as prefeituras e a FIFA como por meio de leis e decretos municipais, expressa uma outra forma de subordinação, pelo fato do Estado adotar um padrão de intervenção por exceção, incluindo a alteração da legislação urbana para atender aos interesses privados.

Por tudo isso, parece evidente que as intervenções vinculadas à Copa do Mundo e às Olimpíadas envolvem transformações mais profundas na dinâmica urbana das cidades brasileiras. Com isso, torna-se necessário aprofundar a análise dos impactos desses megaeventos esportivos a partir da hipótese, aqui exposta, de emergência do padrão de governança empreendedorista empresarial urbana e da nova rodada de mercantilização/elitização das cidades. Este livro busca discutir esta hipótese à luz da experiência da organização destes megaeventos esportivos nas cidades brasileiras e contribuir para o enfrentamento dos processos em curso, na perspectiva da promoção do direito à cidade e da justiça social.

O projeto desenvolvido pela Rede Observatório das Metrópoles contou com uma rede de pesquisadores e o engajamento de diversas instituições de pesquisa e universidades espalhadas pelo país, conforme pode ser observado na equipe engajada na elaboração dos artigos. Nacionalmente, a pesquisa foi coordenada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e contou com o apoio do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro em diversas das suas ações.

O projeto contou com o apoio nacional da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, a quem a equipe do projeto agradece, e sem o qual não seria possível desenvolver tal estudo. Além disso, cabe um agradecimento especial aos Comitês Populares da Copa, organizados nas cidades-sede, e a Articulação Nacional dos Comitês Populares (ANCOP), que se constituíram em interlocutores privilegiados dos resultados da pesquisa ao longo do seu desenvolvimento.

ORLANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR

CHRISTOPHER GAFFNEY

LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO

Coordenadores do Projeto

*Metropolização e Megaeventos: impactos da
Copa do Mundo/2014 e das Olimpíadas/2016*